

MERCADOS EM CRISE: País poderá efetivamente utilizar recursos que forem colocados à sua disposição para recompor reservas

Franco: 'Não haverá mudança no ritmo de desvalorização'

Presidente do BC volta a descartar alterações no câmbio, proposta que tem causado divergências na negociação com FMI

Maria Luiza Abbott

Correspondente

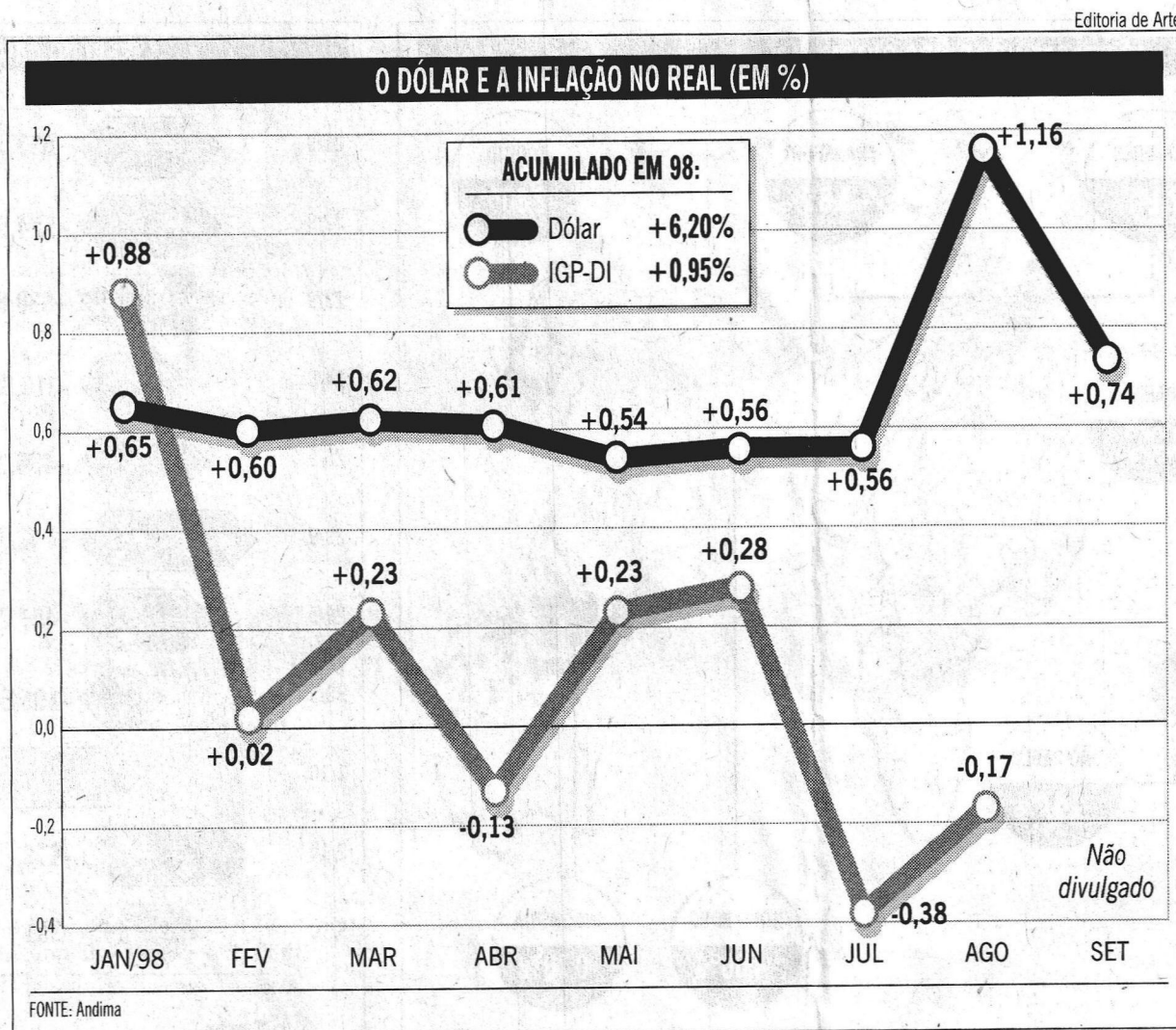
WASHINGTON. O presidente do Banco Central, Gustavo Franco, disse ontem que o Brasil não adotará qualquer alteração no regime de câmbio adotado no país. A aceleração do ritmo da desvalorização do real está em discussão com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mas as autoridades brasileiras resistem a fazer mudanças na política cambial, apesar das pressões. Franco afirmou ainda que o Brasil poderá efetivamente utilizar os recursos que forem colocados à disposição para recomposição de reservas.

— Não haverá mudança no ritmo de desvalorização cambial. Não se concebe alterações nas políticas de câmbio e monetária. Vamos ter isso muito claro — afirmou o presidente do BC.

Franco diz que medidas fiscais sairão a qualquer momento

Franco reconheceu, no entanto, que há opiniões contrárias a essa determinação dentro e fora do FMI, embora o Brasil não pretenda seguir essas sugestões. Ontem, o ministro das Finanças da França, Dominique Strauss-Kahn, foi um dos que sugeriu que o Brasil deveria acelerar as desvalorizações, corroborando posição assumida anteriormente pelo economista chefe do FMI, Michael Mussa.

Para uma platéia de investidores reunidos em um seminário sobre a economia brasileira promovido pela Câmara de Comércio Brasil-EUA, Franco disse que o programa de ajuste fiscal brasileiro será grande o suficiente para garantir o objetivo de estabilizar o tamanho da dívida interna em



relação ao PIB.

— Estamos trabalhando no plano fiscal, como foi determinado pelo presidente Fernando Henrique, e teremos notícias sobre isso a qualquer momento — disse, sem adiantar qualquer data.

Segundo ele, o Governo pretende mudar o regime fiscal brasileiro, de tal forma que, dessa vez, o programa de ajuste será para valer. Explicou que, quando foram adotadas medidas em novembro do ano passado, áreas do setor

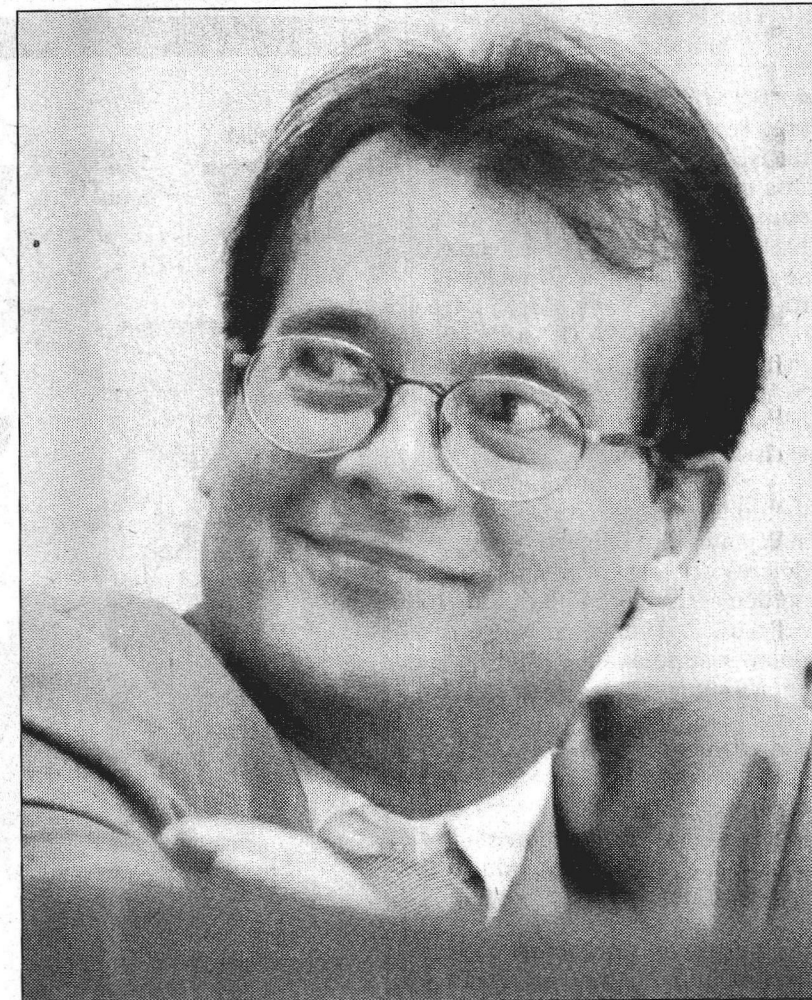
público foram deixadas fora de controle, o que acabou fazendo com que o ajuste não se concretizasse. Com a mudança do regime institucional das políticas fiscais, esses problemas estariam resolvidos.

— Com a política fiscal que o Governo pretende adotar, os juros cairão rapidamente — disse.

Franco afirmou ainda que os fundos de recursos de ajuda ao Brasil estão sendo discutidos no plano oficial, com organismos co-

mo o G-7 (grupo dos sete países mais ricos do mundo), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento e que poderá incluir bancos privados. Segundo ele, é um mecanismo preventivo não só para o Brasil, mas para regiões e países, com o objetivo de evitar que uma crise distante acabe afetando outros países que estão trabalhando em suas reformas, como o Brasil.

— Se existir esse fundo, é claro que vamos utilizar. Faz parte do



O PRESIDENTE do BC, Gustavo Franco: "Estamos trabalhando no plano fiscal"

jogo — disse Franco.

Perguntado sobre a participação de bancos privados nesse fundo, Franco explicou:

— Essa iniciativa está sendo discutida no plano oficial e eles podem imaginar maneiras de envolver o setor privado, e nós vemos com bons olhos que isso se faça num contexto de restabelecimento da normalidade dos mercados.

Para o presidente do Banco Central, só o que o Brasil quer é

um mercado normalizado, onde empresas brasileiras com boas perspectivas possam submeter seus programas de investimento e obter financiamentos.

Segundo Gustavo Franco, o problema do país não é de financiamento — porque as necessidades de recursos externos para atender os compromissos já previstos seriam baixas, mas sim de restaurar a confiança dos mercados no país e em outros emergentes. ■